



Anais da Assembléia

N.º 43

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 37.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1985.

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Adhail Sprenger Passos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessutti, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes.

(38) Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Airtton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião e Tuguio Setogutte. (19) Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte:

E X P E D I E N T E:

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 58/85

Suprima-se a alteração proposta no Art. 11.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 58/85.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sergio Marty.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, a rua Campos Sales, n.º 531.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento de GIBERTO VO-ORLUIS, ocorrido no dia 20 do corrente mês.

Pessoa dos mais elevados predicados morais, o falecido exercia o cargo de Juiz de Paz no distrito de Carambei, Município de Castro.

Além da contribuição jurídica prestada aos castrenses, o extinto deixa a lembrança de um grande amigo, principalmente à colônia holandesa, a quem dedicava um carinho todo especial.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Doutor PAULO MACARINI pela sua nomeação para a presidência do

Instituto de Administração Financeira da Presidência e Assistência Social IAPAS.

Requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado na presidência do IAPAS - a Avenida Nilo Peçanha n.º 31-10.º andar, Rio de Janeiro, bem como à bancada Catarinense do PMDB, na Câmara Federal congratulando-se pela indicação de um nome de seus filhos mais ilustres.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A escolha do Doutor PAULO MACARINI, para administrar o Instituto de Administração IAPAS, enche de júbilo não somente o seu Estado natal, mas, todo o Brasil, e, em especial o Estado do Paraná, onde escolheu para residir e trabalhar desde sua cassação em janeiro de 1969.

Nascido em Capinzal- Santa Catarina em 1932, cursou Direito em Florianópolis, de 1957 a 1962, foi vereador, em sua cidade natal. Em 1961 e 1962, foi Secretário de Justiça do Governo Catarinense. Por dois períodos, em 1960 e 1962, ocupou a função de delegado da SUDESUL em Santa Catarina. Em 1962, foi eleito Deputado Federal pelo P.T.B., sendo reeleito em 1966 pelo M.D.B.- Em 1969, no mês de janeiro foi cassado pelo Governo revolucionário.

Membro da União Parlamentar Interestadual, participou de encontro do organismo em 1965 no Peru. Em 1966, fez parte da delegação brasileira na 20.ª Conferência da ONU. Em 1966 e 1967, acompanhou as reuniões de ministros da ALALC, em Montevideu, de 1963 à 1984, foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Estado do Paraná.

Está de parabéns a Nova República com a escolha do Doutor Paulo Macarini, para administrar tão importante órgão da Previdência Social. Será sem dúvida, um grande desafio para um homem de competência administrativa e probidade comprovada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Setor Jovem do PMDB do Paraná pela eleição de sua nova Diretoria Executiva acontecida no último domingo, dia 19 nesta Capital, com conseqüente encaminhamento ao Jovem Caio Perondi, que presidiu o Setor Jovem até a Convenção e ao Jovem Luiz Henrique Bona Turra, Presidente eleito.

Fora de qualquer dúvida, no último final de semana o maior acontecimento político no Estado do Paraná foi a realização da V Convenção Estadual do

Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tal encontro reuniu no Plenário da Assembléia Legislativa mais de 800 pessoas, oriundas de todas as regiões do Paraná, sendo que destas, cerca de 585 eram Delegados.

Os jovens do PMDB não vieram pura e simplesmente participar de uma Convenção para apenas dar o seu voto ou se manifestar de outras formas em favor de uma das duas chapas inscritas. Vieram, na realidade, debater suas convicções políticas, rever o Estatuto e o Programa do Partido, as lutas e campanhas. Vieram refletir ante ao momento nacional, face a Nova República quanto a importância e a necessidade indispensável da participação juvenil.

A juventude provou mais uma vez que é como sempre foi, o instrumento de ruptura dos conservadorismos para uma nova sociedade, mais justa, mais igualitária e verdadeiramente progressista.

O encontro de domingo traz a todos, muitas lições que por certo não serão facilmente esquecidas. Naquela ocasião, os jovens mostraram em cada discurso aquilo que na prática estão fazendo ou do que necessita tornar concreto.

Ademais, não foi somente o partido do Movimento Democrático Brasileiro, que saiu fortalecido neste processo, mas o conjunto da juventude, que tem sabido traduzir as demais preocupações da sociedade, objetivando, acima de tudo, construir uma grande Nação, voltada para os interesses genuinamente brasileiro e, portanto, soberana.

Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que fique constando, nos Anais deste Poder Legislativo, os novos integrantes da Direção Estadual do Setor Jovem do Paraná:

Presidente: Luiz Henrique Bona Turra (Corbélia)

Primeiro Vice-Presidente: João Dorneles Barbosa (Campo Mourão).

Segundo Vice-Presidente: Henrique Tadeu dos Santos -(Campo Mourão).

Secretaria Geral: Nilson Violatto (Francisco Beltrão).

Primeira Secretaria: Geraldo Seratiuk (Curitiba)

Tesoureiro: Reinaldo de Almeida César Sobrinho (Ponta Grossa).

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que realize trabalhos de

recuperação na estrada que serve de ligação entre a localidade de Paraíso do Sul (pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz) a PR-487, próximo a Municipalidade de Iretama.

De iniciativa do Ilustríssimo Senhor Nelson Teodoro de Oliveira, a presente solicitação, sem dúvida é das mais importantes para o setor dos transportes.

Pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a localidade de Paraíso do Sul congrega um grande número de pessoas. Estas em sua maioria absoluta são as responsáveis pelas atividades agrícolas, necessitando de vias que permitam o seguro tráfego de veículos, notadamente os que transportam os cereais provenientes das safras lá colhidas.

Ademais, a importante ligação entre Paraíso do Sul se dá através da interligação com a PR 487, próximo ao Município de Iretama, importante cidade da região.

Neste sentido e diante da exposição de motivos, é de se esperar que a Secretaria de Estado dos Transportes determine a execução de trabalhos que permitam a recuperação da mencionada estrada, cujo estado de precariedade, atualmente tem ocasionado uma série de transtornos.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde, seja estudada a viabilidade de se instalar em Mandaguari, uma Clínica Dentária simplificada, como as que já funcionam em outras cidades do Estado, visando atender os alunos, em especial aqueles mais carentes, de 1.^a a 8.^a séries do 1.^o Grau, abrangendo escolas estaduais e municipais.

Essa é uma justa reivindicação do Vereador Walter Domingos, a qual estamos encampando.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente susbscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA-

Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior,

encarecendo o desenvolvimento de estudos visando a criação e instalação de um escritório regional dessa Superintendência, na Municipalidade de Goioerê.

"Justificamos que é imprescindível termos em nosso Município tal posto, no que em muito iria colaborar para a manutenção do bom equilíbrio ambiental e ecológico, salvaguardando e resguardando com autoridade máxima a segurança e o respeito à natureza e ao meio-ambiente em que vivemos, além de impor respeito e tomar atitudes cabíveis contra os "criminosos" envenenadores, incendiários e devastadores das águas e matas, no que deteriora e polui, adoecendo e matando homens e animais, destruindo o solo e os rios".

Tais colocações citadas acima, foram feitas pelo Excelentíssimo Senhor Jacinto Tiziani Júnior em reunião da Câmara Municipal de Vereadores de Goioerê, da qual é integrante. Fora de qualquer dúvida que o pensamento daquele nobre Edil reflete uma preocupação que é extremamente importante no que diz respeito ao meio-ambiente. Mais do que isto, uma preocupação quanto ao tratamento a ser dado naquele setor, no sentido de assegurar a preservação da fauna e da flora existente (que é atualmente muito reduzida) assim como pôr em prática programas de recuperação dos mananciais.

Para tanto, somente a instalação de um escritório regional da SUREHMA, em Goioerê, é que a questão será tratada de frente, com condições de resolvê-la plenamente.

Ademais, são por demais conhecidas as potencialidades que se encontram em Goioerê e região, principalmente nas atividades desenvolvidas a nível de agricultura, residindo aí, os grandes reflexos de tal situação de descompromisso e desrespeito à natureza, por parte de muitos.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar da SUREHMA e Secretaria do Interior o necessário encaminhamento da presente solicitação, concretizando a implantação de um escritório desse órgão naquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Ministério dos Transportes, solicitação no sentido de que sejam reenquadrados os antigos funcionários da Rede Viação Paraná - Santa Catarina - RVPSC, residentes e domiciliados na cidade de Ponta Grossa - Pr, os quais, por não terem feito opção pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, foram colocados em disponibilidade há mais de 10 anos, situação em que se encontram até a presente data,

com sérios prejuízos em suas carreiras funcionais e respectivos vencimentos.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente solicitação, atender a difícil situação em que se encontram dezenas de antigos funcionários estatutários da extinta Rede Viação Paraná - Santa Catarina RVPSC, residentes na cidade de Ponta Grossa, a cuja Regional, da atual Rede Ferroviária Federal S/A, estão hoje subordinados.

Tais servidores, membros da valorosa classe dos ferroviários, iniciaram suas carreiras na antiga RVPSC e após mais de 10 anos de serviços, na maioria dos casos, se viram compelidos a optar pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Por falta de esclarecimentos maiores, ou mesmo por temerem perder o emprego, muitos deles deixaram de fazer a opção, com o que acabaram sendo involuntariamente colocados em disponibilidade. A alegação, à época, era a de que seus prêmios não se faziam necessários, o que, todavia, não

correspondia a verdade, pois em seus lugares foram admitidos novos funcionários, pelo regime CLT.

Mais tarde, ou seja, por força do disposto na Lei n.º 5645/70, servidores em disponibilidade foram incluídos no Plano de Classificação de Cargos, da Rede, e, em seguida, contemplados pela Lei 6781, de 20 de maio de 1980. O enquadramento preconizado passou a vigorar em função das Portarias n.ºs 640 e 825, de 4 de agosto de 1981 e 8 de outubro de 1981, respectivamente, ambas do Ministério dos Transportes.

Aquilo que se esperavam fosse corrigir uma situação anômala, em termos de salário, acabou não acontecendo.

Ao contrário, os servidores em questão, foram extremamente prejudicados por esse enquadramento, pois se o espírito da lei era o de beneficiar a todos, o que ocorreu foi um rebaixamento salarial. Chegou a ser de 7 níveis-referências a diminuição imposta. Assim, para exemplificar, a referência 32, que deveria ser a 32.ª faixa salarial, passou a ser a 25.ª, e os funcionários que foram enquadrados na referência 8, acabaram deslocados para o piso salarial, passando a ser identificados como NM1.

Com isso, são de elevada monta os prejuízos funcionais e financeiros impostos a dedicados funcionários, muitos deles com serviços prestados à RVPSA por mais de 30 anos, em condições de insalubridade e grandes riscos, e já estão percebendo parcos vencimentos.

Por ainda estarem perfeitamente aptos para o trabalho, muitos desses ferroviários, a título de reparação da grave injustiça de que foram e são vítimas, pleiteiam agora uma possível complementação de vencimentos, de forma a que sejam equiparados aos demais servidores da mesma categoria. Para os inativos, a solução seria conceder-lhes uma aposentadoria dupla, a exemplo do que já ocorreu com muitos ex-servidores.

Agora, com o advento da Nova República e o alto sentido de justiça de que se acham imbuídos os novos dirigentes do País, vêem aqueles ferroviários da extinta Rede Viação Paraná - Santa Catarina, renovadas as esperanças de que o seu sofrimento e sua angústia cheguem ao fim. Para isso, contam com o elevado espírito público e o alto sentido humanitário do Ministro Affonso Alves de Camargo Netto, a quem recorrem, certos de que, paranaense como é, e sensível aos problemas, determine imediatos estudos para a reparação dos prejuízos causados a integrantes de uma classe tão valorosa, inclusive ressarcindo-se naquilo que for de direito e de justiça.

Curitiba, terça, em 21.05.85

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado solicitando que em anexo à Mensagem propondo o reajuste dos servidores civis militares do Estado, sejam encaminhadas as seguintes informações:

1. O número de cargos em comissão das simbologias DAS e C, especificando quantos deles estão preenchidos e quantos e quais por servidores estatutários.
2. O montante mensal, atual e com o reajuste, das despesas com o Pessoal.
3. O montante mensal, atual e com o reajuste, das despesas com o pessoal inativo.
4. O montante mensal, atual, do Pessoal regido pela CLT.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

Habitualmente o Executivo encaminha à Assembléia a mensagem de reajuste do funcionalismo, acompanhada das diversas tabelas de remuneração dos servidores do Quadro Geral e dos vários quadros próprios, bem como solicitando crédito adicional para atender as despesas adicionais decorrentes do reajuste proposto. O Legislativo, contudo, não tem condições de fazer uma correta apreciação da matéria, por não dispor de informações detalhadas sobre o número de servidores enquadrados em cada um dos padrões e referências.

A mensagem anual referente ao exercício de 1983, informa o número de funcionários por regime e órgãos da administração direta e autárquica (tabelas 4.5.3 e 4.5.4.) o que já não ocorre com a mensagem relativa a 1984, na qual consta uma informação muito sintetizada da situação dos recursos do Poder Executivo (quadro 5.3.16.).

Essas informações não são suficientes para se ter uma clara compreensão da pirâmide salarial nem dos vários elementos que compõem a despesa geral do Estado com o seu pessoal, a fim de se poder verificar se a política salarial realizada pelo atual Governo atende, com justiça, os anseios legítimos do funcionalismo ou se há distorções inadmissíveis, tal como ocorre na Câmara Municipal de São Paulo, conforme amplamente divulgado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. José Richa, bem como à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando que na forma do estabelecido pelo Decreto-Lei 4950-A, o Estado remunere a partir do piso do salário-mínimo profissional, aos engenheiros agrônomos e engenheiros florestais, que prestam serviços em Colégios Agrícolas, e em outros órgãos do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em 22 de abril de 1966, pelo Decreto-Lei 4950-A, (D.O.U. de 29.04.66), ficou estabelecido o salário-mínimo fixado para o profissional da área de Engenharia Agrônômica, e Florestal. Este salário equivale a uma jornada diária de trabalho correspondente a seis horas, o excedente é remunerado com acréscimo de 25 por cento.

Conhecemos a aplicação desta renomada lei junto às empresas de iniciativa privada e, sabemos igualmente, que o Estado, como promulgador da lei, deveria cumpri-la integralmente.

Pelas razões expostas, aguardamos que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. José Richa, e a Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, concedam remunerações condizentes a partir do salário-mínimo profissional, aos engenheiros agrônomos e engenheiros florestais, que prestam serviços em colégios agrícolas em outros órgãos do Estado.

Essa nossa reivindicação vem em somatória ao também requerido pelo Deputado Sabino Campos, em sessões anteriores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Geral do DETRAN – Departamento de Trânsito e ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que o Núcleo de Psicologia Aplicada existente na municipalidade de Campo Mourão, passe a ser de responsabilidade da Fundação de Ensino Superior daquela cidade.

O Núcleo de Psicologia Aplicada que funciona em Campo Mourão, chegou a ser desativado no ano de 1983. No dia 22 de novembro daquele ano, o Deputado que este subscreve, encaminhou nesta Casa requerimento contendo preocupações em relação àquele órgão. Naquela mesma ocasião, eram também citados os problemas que fatalmente viriam em decorrência de tal medida.

Além disso, eram feitas outras considerações. Porém, a mais destacada, além do próprio fechamento do Núcleo, referia-se à responsabilidade de atendimento, notadamente no que dizia respeito aos transtornos verificados com relação ao deslocamento de profissionais, oriundos de outra cidade.

Neste sentido, quando atualmente está em atividade o Núcleo de Psicologia Aplicada, a comunidade que se utiliza de seus serviços, juntamente com as autoridades municipais (especialmente as do trânsito), estão a solicitar que o citado Núcleo tenha seus serviços de responsabilidade da Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, e não mais de responsabilidade da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 83/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criado o Município de QUARTO CENTENÁRIO, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Goioerê – e divisas do atual Distrito Administrativo.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) FUAD NACLI

APOIAMENTO: Amélia Hruschka e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

É antiga a reivindicação da laboriosa população do Distrito de Quarto Centenário, Município de Goioerê.

Desde 1971, conforme a Proposição nº 75/71 – arquivada nesta Casa, existe um abaixo-assinado manifestando o desejo dos residentes em Quarto Centenário, de alcançar a sua emancipação política, a fim de melhor estruturar o seu crescente desenvolvimento sócio-econômico.

PROJETO DE LEI Nº 84/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica condecorado o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO, Diretor Presidente da Legião da Boa Vontade.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA – Feita em Plenário.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO,

Diretor-Presidente da LEGIÃO DA BOA VONTADE, sucessor de Alziro Zarur, fundador da conhecida Instituição brasileira.

Radialista, jornalista, escritor e compositor, é membro, entre outras, das conceituadas organizações: ABI – Associação Brasileira de Imprensa; Associação de Imprensa do Rio de Janeiro; Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro; UBC – União Brasileira de Compositores.

Filho de Bruno Simões de Paiva e de Idalina Cecília de Paiva. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 02.03.41. É casado com a jornalista e radialista Maria das Graças Paulote de Paiva e pai de 6 filhos.

Cursou as primeiras letras no Colégio Salesiano São Francisco de Sales e estudou no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Com seu trabalho incansável, multiplicou o número de obras assistenciais da LBV: creches, lares assistenciais para crianças e velhinhos, albergues, cursos profissionalizantes, etc. Ampliou e reformou as já existentes. Inaugurou 17 novas Sucursais da LEGIÃO DA BOA VONTADE, fazendo com que a Instituição esteja presente em todos os estados e territórios brasileiros, implementando seu trabalho reconhecidamente humanístico.

Deu caráter internacional à LBV, inaugurando suas primeiras sucursais no exterior: Uruguai, Paraguai, Bolívia e, brevemente, Argentina e México, levando além-fronteiras o exemplo do operoso espírito fraternista da gente brasileira.

No campo das comunicações, Paiva Netto criou, produz, dirige e apresenta o PBV – Programa Boa Vontade, em 280 Emissoras de Rádio e 59 de TV, no Brasil e na América Latina.

Como jornalista e escritor, destaca-se, entre outras atividades, como redator da “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro, tendo, também, artigos publicados diariamente em centenas de jornais em todo o Brasil; é Diretor-Redator-Chefe do “Jornal da LBV” e lançou diversas revistas e livros de sua autoria.

Compositor renomado, Paiva Netto tem inúmeras músicas gravadas, destacando-se os seus dois últimos LPs: “AO CORAÇÃO DE JESUS” e “NEGRADA – JESUS, O Grande

Libertador", que mereceram o elogio de consagradas personalidades, como o maestro Francisco Mignone, o compositor Dorival Caymmi, o crítico musical Ricardo Cravo Albim e o Maestro Isaac Karabtchevsky, que regeu várias de suas composições com a Orquestra Sinfônica Brasileira, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Suas composições já foram apresentadas, também, pelas Orquestras de Câmara de Florianópolis, SC; Curitiba, PR; Salvador-BA.

HOMENAGENS RECEBIDAS

Prêmio Nazareno, da Fundación Semana del Amigo — Buenos Aires, Argentina; Associação dos ex-Combatentes do Brasil; Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo; Títulos de Cidadania: em São Sebastião do Paraíso - MG; Nilópolis - RJ; Teresópolis - RJ; Araraquara - SP; Recife - PE; Natal - RN; Rio de Janeiro - RJ; Niterói-RJ; Homenagens das Assembléias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro e Câmara Municipal de Joinville.

Receberá, respectivamente, em 23 e 24 de maio de 1985, os Títulos de Cidadão Vilavelhense, na Câmara Municipal de Vila Velha, Espírito Santo, e Cidadão Mineiro, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, homenagem maior daquele Estado".

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Gazeta do Povo" que, periodicamente, tem se destacado e se revelado em defesa de causas justas, àquelas que exatadamente, incidem sobre os menos favorecidos, os menos aquinhoados, os mais desprotegidos, na edição de hoje, na quarta página, divulga uma ampla matéria sobre um assunto que aqui já estivemos umas duas ou três vezes e que versa sobre os moradores da colônia Tomás Coelho, em Araucária. Aqueles que estão sendo espoliados, vilependiados pela SUREHMA, que por ser o órgão forte, age com despudor, age com inclemência sobre oitenta famílias de araucarianos e moradores daquela Colônia que se sentem até hoje desassistidos. Eles têm recebido apoio da Igreja, de segmentos da Igreja e também desta Casa Legislativa. Assim é, que nós, tomamos a iniciativa, há algumas semanas atrás, de sugerirmos a designação de cinco dos Srs. Deputados para que defendessem com intransigência a causa daqueles moradores. Esta Comissão está praticamente criada, falta ser instalada e, desta Tribuna, fazemos um apelo ao Sr. Deputado Acir Mezzadri, mais uma vez, para que, com urgência, instale esta Comissão com mais dois Deputados de sua bancada, de seu partido, um Deputado da Frente Liberal, que é o Deputado Ivan Gubert, e um do PDS, que é este Deputado que vos fala. Assim iremos fazer coro com o jornal "Gazeta do Povo", que tem sido o jornal que eu entendo como precursor de causas paranistas e aquelas que eles entendem como sendo em defesa das classes menos favorecidas pela sorte.

Nós queremos cumprimentar os dirigentes daquele jornal, que não tem regateado esforços no sentido de que se faça justiça na hora em que mais se fala em justiça neste Brasil, na hora em que todos decretam a Nova República. E nós, que somos um

Deputado por cinco Legislaturas, exigimos que a SUREHMA estabeleça preços justos, que a SUREHMA esqueça a prepotência com que ela tem se havido na desapropriação de terras para efeito de barragem, e que este caso, da Tomás Coelho, seja o primeiro caso a ser examinado por esta Comissão de cinco Deputados, que já foram apontados pelas suas bancadas. Outros assuntos, correlatos, surgirão no decorrer deste ano, mas o primeiro servirá de exemplo, para que outros agricultores sintam que não estão isolados, que não estão sozinhos, que eles têm os seus porta-vozes, Deputados que foram eleitos para defenderem as causas justas!

Portanto, mais uma vez, ao Deputado Acir Mezzadri, o nosso apelo, para que, com urgência, instale esta Comissão, para que nós possamos falar mais alto, a fim de que a SUREHMA subjugue-se à justiça, porque justiça nada mais é do que a vontade de dar constante e perpetuamente a cada um o que lhe pertence por direito!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Anibelli) - No

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

Creio que o fato que relato desta tribuna hoje, tem seu merecimento, pois, de outra forma, não me atreveria a fazê-lo.

Trata-se de um comunicado recebido da Secretaria da Agricultura, dando-nos conhecimento dos dados de economia conseguidos pela referida Secretaria, até o período recém-findo, do ano de 1984.

Esta economia, em que pese o fato de que os custos de manutenção de veículos têm crescido a uma média de 15 por cento ao ano, nos últimos dois anos, em função da péssima qualidade da frota, que atua em condições inóspitas de trabalho, por estritas circunstâncias de trabalho, e também que quase a metade da frota conta com mais de 5 anos de uso intenso. Esta economia chegou a atingir o percentual de 5,41 por cento do orçamento executado no ano de 1984, fato que pode ser considerado inédito na história daquele órgão.

Pode-se avaliar, sem maiores detalhes conhecidos, que o Secretário Claus Germer está imprimindo à SEAG uma política que já vinha sendo preconizada pelo Governador José Richa, de austeridade de gastos públicos, e que vem sendo reiterada agora pelo Governo Federal.

Este episódio serve também para calar aos que, infundadamente, vituperam contra a Secretaria da Agricultura que demonstra, mais uma vez, saber conduzir-se num processo de crescente aperfeiçoamento das suas finalidades.

Devemos ressaltar mais, que a economia foi conseguida somente nas despesas de: gasolina, álcool, diesel, telefone, não havendo ainda o levantamento de outros dados que, certamente, também estão sendo economizados.

Para entrarmos mais detalhadamente na questão, podemos citar que, em relação ao ano de 1982, quando foram gastos aproximadamente 475 mil litros de gasolina, a SEAG conseguiu uma variação de menos 50,3 por cento.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, economizaram mais da metade do consumo de 1982,

ou seja, uma economia de 239.257 litros, comparadamente ao dispendido em 1982.

No álcool, houve um gasto de apenas 311 mil litros, representando este dado uma economia de 22,6 por cento sobre o ano de 1982, quando foram gastos 402 mil litros.

No diesel, foi conseguida uma variação de menos 38,8 por cento com um consumo de 14 mil litros contra um consumo, em 1982, de 23 mil litros.

E, em telefone, a variação para menos foi de 49,5 por cento, caindo o consumo em ORTN's, de 31 mil para 15 mil ORTN's em 1984.

Leve-se em conta, principalmente, que esta economia teve sua equivalência em cruzeiros, e esta equivalência chegou a uma soma de 707 milhões, 105 mil, 745 cruzeiros.

Escusado é citar que, na verdade, quem economizou foi o povo deste Estado, sem contudo perder na qualidade dos serviços devidos pela Secretaria que, ao contrário do que pretendem alguns, só tem melhorado.

E, aos que afirmam, sem antes refletir, somente pelo fato de assacar, aos que afirmam que é obrigação do gestor público economizar as verbas que lhe são destinadas, fica outra pergunta: Por que só agora se chega a estes resultados? Por que não foram atingidos antes do Governo José Richa, se as condições eram iguais ou melhores que as atuais?

Esta é uma vitória do PMDB que merece ser comemorada, por ser a afirmação de que a política séria tem seus seguidores, que são aqueles que se dispõem a trabalhar por um Paraná melhor, mais organizado e aperfeiçoado.

Louvamos, assim, a seriedade dos esforços que o Secretário Claus Germer vem demonstrando frente à Pasta da Agricultura dando um exemplo a ser seguido nos tempos vindouros desta Nova República".

O SR. PRESIDENTE — (Antonio Annibelli) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se, por um lado, é louvável a iniciativa do Deputado Nelson Buffara, em termos de preocupar-se, principalmente com os descendentes dos colonos poloneses, cujas propriedades serão, lamentavelmente, inundadas pelas águas do Passaúna, por outro lado, devemos realçar a absoluta lisura, preocupação e responsabilidade com que a SUREHMA está tratando da questão.

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale lembrar que esta afronta ecológica e todo esse projeto que aí está, é ainda um modelo dos tempos em que as metas não eram discutidas, e sim era um produto do governo passado, quando por exemplo, todos nós sabemos, que a barragem do Passaúna teve como palco de discussão o empresário Cecílio do Rego Almeida que, atendendo a interesses empresariais, foi o agenciador do então Governo Nev Braga, para que essa represa viesse a converter-se, futuramente, em realidade.

Gostaríamos, ainda, de enfatizar que não temos a presunção de imaginar que não existem casos de corrupção legados aos órgãos de trânsito do Paraná. Todavia, enquanto a mentalidade vai se mudando progressivamente, até mesmo porque é impossível

extirpá-la de uma vez, porque muitas vezes as próprias vítimas de rapinagens não apresentam as denúncias que deveriam formulá-las à chefia do DETRAN do Paraná, nós pretendemos solicitar aos Srs. Deputados a aprovação do seguinte requerimento, encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Diretor do DETRAN. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Diretor do DETRAN-PR, Dr. Francisco Deliberador Neto, bem como ao Coordenador das CIRETRAN's, Dr. Joacir Deliberador, dando-se ciência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, cumprimentando-os pelo zelo, eficiência e norteamto pelos critérios de justiça, características essas que vêm nortear a atual política de trânsito do Estado.

Finda, recentemente, aos 17 de maio do corrente ano, após austera fiscalização desencadeada pelo próprio DETRAN, o Paraná conheceu mais um caso de rigoroso combate à corrupção desencadeada no Município de Jandaia do Sul, quando a Delegacia de Polícia efetuou prisões em flagrante dos Srs. Arioaldo Vignato Peres e Luiz Carlos Marcolino que, além de terem sido surpreendidos com Cr\$ 825.000, teria de apenas um dia de "caixinha", culminaram em depoimentos prestados à Delegacia de Polícia, por atribuir esta prática também a outros companheiros de trabalho, incriminando o próprio Chefe da CIRETRAN de Jandaia do Sul, Lázaro da Silva Cuba, como sócio fiel de 50 por cento das coletas diárias.

Vale salientar que os requintes de corrupção da CIRETRAN de Jandaia do Sul chegaram a ser disciplinados por rigorosa tabela. Assim, até mesmo os envelopes que o DETRAN cedia gratuitamente à CIRETRAN dessa cidade eram vendidos a Cr\$ 250, a unidade, pelos envolvidos no escândalo.

Até mesmo para se obter informações sobre multas, os motoristas jandaienses tinham que pagar — cúmulo dos absurdos — a taxa de Cr\$ 2.000 para cada caso. Embora o DETRAN tenha determinado que as taxas alusivas ao órgão tenham que ser recolhidas através de Guias de Recolhimento, nos bancos para tanto credenciados a CIRETRAN de Jandaia do Sul criou um banco negro paralelo, onde:

1. primeira via de habilitação de veículo com moto. Preço: Cr\$ 12.000.
2. primeira via de habilitação de veículo sem moto. Preço: Cr\$ 10.000.
3. expedição de certificado de registro. Preço: Cr\$ 4.000.
4. renovação de carteira de habilitação. Preço: Cr\$ 5.000.
5. renovação de carteira nacional de habilitação com inclusão de outra categoria. Preço: Cr\$ 6.000.

Como se vê, mediante "gatunagens" institucionali institucionalizada a pronta e enérgica ação dos responsáveis pelo trânsito paranaense, por si só já fundamenta suficientemente os votos de regozijo desta Casa à política de austeridade por eles adotada.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985".

(a) TADEU FRANÇA

Sr. Presidente, peço que o teor do pronunciamento

e dos escândalos verificados em Jandaia do Sul, bem como a ação firme, enérgica e severa do DETRAN do Paraná, pautado pela honestidade, venha a ser constado como lido integralmente nesta Casa de e. Leis.

O SR. PRESIDENTE – Antonio Annibelli) Vossa Excelência será atendido.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Federal, Irineu Brzezinski.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O radialista, jornalista e escritor, Dr. José Simões de Paiva Neto, é o lido sucessor de Alziro Zarur, no magnífico trabalho frente à LBV.

Com seu dinamismo, força de vontade e amor ao próximo, multiplicou o número de obras assistenciais da entidade que preside, fazendo com que ela se espalhasse por todos os Estados, e territórios brasileiros, até mesmo no exterior.

No Paraná, a LBV – Legião da Boa Vontade – conta atualmente com 21 creches, que atende cerca de duas mil crianças carentes, mantendo um trabalho de orientação junto às mães, às quais é ministrado noções básicas de higiene, educação, roupas, etc.

Outro importante trabalho é o da ronda da meia-noite, trabalho voluntário realizado por legionários, que visitam estações ferroviárias e rodoviárias, onde diariamente transitam elevado número de pessoas carentes, de baixo poder aquisitivo, e às quais é concedido atendimento com medicamentos, corte de cabelos, sendo-lhes ainda prestados, orientação de toda ordem bem como encaminhamento em albergues e hospitais.

Esse tipo de atendimento é feito com maior frequência nos grandes centros e nas Capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte entre outras.

A LBV, sob a presidência do Dr. José Simões de Paiva Neto, é uma entidade assistencial que, sem fanatismo, sem ideologia política e sem discriminação, assiste crianças, jovens, adultos e idosos, dentro dos princípios da lei humana e da lei divina.

Sobre este trabalho, diversas personalidades que atuam em diferentes áreas de atividades, manifestaram suas opiniões, e dentre essas, destacamos: o Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, que é agradecido pelo trabalho prestado pela LBV, em nosso Estado, principalmente no campo assistencial. Ulysses Guimarães chegou a citar o mandamento de Jesus Cristo: “Amai-vos uns aos outros, assim como Eu vos amei”.

Princípio este adotado pelos legionários da LBV.

O inesquecível Presidente Tancredo Neves, assim se expressou: “Chega a ser emocionante, quando percorrendo as mais vastas regiões do nosso País, nelas encontramos um grupo de legionários da Boa Vontade, atuante e prestimoso, a serviço dos mais nobres ideais da solidariedade humana”.

Divaldo Suruagy, Governador do Estado de Alagoas, diz muito bem: “Se outros fizessem como a LBV, a sociedade seria mais justa”.

Ney Braga, ex-Governador do nosso Estado, assim se expressou: “A mensagem de boa vontade, amizade e solidariedade da LBV, há de conquistar o mundo”.

Do ex-Ministro Hélio Beltrão, anotamos esta frase: “LBV colabora com o Governo dando impulso da solidariedade e da fraternidade”.

Até mesmo o jogador do Fluminense, Assis, ex-Atlético do Paraná, é um dos seguidores do programa do radialista José de Paiva Neto, e acha que o trabalho desenvolvido pela LBV é muito importante para a humanidade.

Por isso, e por tantas outras razões que aqui se tornam difíceis de enumerar, solicitamos a aprovação deste projeto, que estamos apresentando no dia de hoje, que confere o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. José de Paiva Neto, cujo currículo estamos anexando ao presente.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Presidente José Sarney determinou à sua Assessoria, pressa, urgência na elaboração do anteprojeto de lei que regulamenta as greves no Brasil.

Trata-se de uma lei própria do regime de arbítrio, não condizente com o regimento democrático e, em se tratando de uma lei encomendada pelo Presidente José Sarney, também não é nenhuma novidade para o povo brasileiro, pois é sabido que o atual inquilino do Palácio do Planalto, em Brasília, nunca foi um grande apaixonado pela democracia, foi ele, José Sarney, a grande bandeira de sustentação dos regimes revolucionários de 1964, até o dia 15 de março deste ano; foi ele, José Sarney, que, no dia 25 de abril do ano passado, comandou pessoalmente, na condição de Presidente de um partido político, a derrubada, a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleição direta para Presidente da República; e é ele, José Sarney, alvo até de gozações em programas humorísticos como no “Viva o Gordo”, em que Jô Soares, logo após José Sarney ter anunciado uma reforma agrária para o Brasil, o Jô Soares satirizava uma notícia vinda do Maranhão, de que, metade do Estado do Maranhão está inundada e que o Presidente José Sarney estava apreensivo e preocupado, porque não sabia se a metade do Maranhão que estava inundada era a metade que a ele pertence, ou a metade que pertence ao resto do povo do Maranhão.

Logo, em se tratando do maior latifundiário do Brasil, é evidente que, quando o Presidente da República anuncia uma reforma agrária, o fato passa a ser destaque, até nos maiores programas humorísticos do Brasil.

E, complementando a notícia da elaboração da Lei de Greve:

O Chefe do SNI, coisa que não se via há anos, ou que nunca se viu no Brasil, ontem, o Chefe do SNI do Governo da Nova República, General Ivan de Souza Mendes, fez uma ameaça ao trabalhador brasileiro – trabalhador que está fazendo greve, para reivindicar um padrão de vida mais justo, uma melhoria de vida para a sua família, trabalhador brasileiro como o do Correio, está sendo demitido pelo Governo da Nova República, Governo ditatorial, arbitrário, apreensivo; quando o

trabalhador pede por melhoria salarial, quarenta funcionários do Correio do Rio e São Paulo já foram demitidos por esse Governo que se fantasiou, que se travestiu de Governo democrático, de Governo popular, de Governo da Nova República, e agora, até o Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, vem dizer em entrevista à imprensa nacional, que as greves estão pondo em risco o Governo da Nova República.

Eu complementaria:

O General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI, está colocando em risco, em perigo, a segurança, o direito ao trabalho de milhões de brasileiros que estão fazendo greve porque é o último recurso para conseguir o aumento salarial. É um atrevimento, é um abuso; é um abusado o Chefe do SNI, que, ao invés de cuidar da área que lhe compete, vem ameaçar o trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Antonio Annibelli Encerrado o

Pequeno Expediente, e como não há oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Consulto o Líder do PDS, se fará uso desse horário.

Tendo declinado, consulto o Líder do PFL, se fará uso dos vinte minutos que lhe cabe.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem o jovem Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o homem do lirismo, o homem que fez apologia, faltando ao fazer apologia de Nero, que incendiou Roma, com seu lirismo falso. O homem que não fez a apologia de Sócrates, porque talvez desconhecesse.

Enquanto escutamos a sua peça escrita pelos assessores competentes, estávamos admirando o ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Mas, quando descambou para o ataque rasteiro, para a mentira, nos nós revoltamos.

A imprensa hoje disse que os Deputados da Frente Liberal se calaram. Mas nós não calamos, porque quem cala consente. Apenas não tivemos tempo de responder ao afoito e jovem Deputado Osvaldo Alencar Furtado que, infelizmente, está ausente nesta tarde.

Ele ataca o seu adversário, ele fala em Deus, em Jesus, mas não tem clemência. Talvez pela sua juventude, talvez pela falta de preparo de lidar com os homens, de lidar com o ser humano. Talvez, Sr. Presidente. Srs. Deputados, no seu afoitismo, ele procura tripudiar homens honrados que passaram por este Paraná, apenas como dizia Getúlio Vargas, "uma senha do inimigo quer me martirizar, mas a ele damos e pedimos perdão" quando ele chama Ney Braga de incendiário.

Qual a força moral que tem o Deputado que foi eleito por acaso? Qual a força moral que tem o Deputado Osvaldo Alencar Furtado que não tem simpatia, que não goza da simpatia nem dentro de sua bancada, para atacar uma figura do gabarito de Ney Braga que foi, Srs. Deputados, um incendiário — como ele diz, mas um incendiário da valorização do Paraná; um incendiário que pediu à juventude que unidos trabalhassem pelo Paraná e por sua gente. O incendiário da bondade, um incendiário como disse o nobre Deputado da Oposição, que dizia que a Legião da Boa

Vontade há de ser a salvação do mundo.

Este é o incendiário da paranóia do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Que pena, já fiz um paralelo entre ele e seu irmão, o homem digno que aqui esteve, o homem que nós soubemos respeitar. O Deputado Osvaldo Alencar Furtado não goza nem na sua bancada do conceito necessário, entre os seus colegas.

Como pode ele, Srs. Deputados, atacar a figura de Ney Braga? Nós, todos os humanos, somos passíveis de erros. Mas, entre os erros que cometemos, procuramos, como procurou Ney Braga, solucionar os casos paranistas. Homem dedicado ao Paraná e a sua gente. Homem honrado e honesto, vem de ser chamado de incendiário por um moço imaturo.

É chamado de incendiário por quem não tem capacidade; com o desastre ecológico Osvaldo Alencar Furtado foi eleito Deputado. Devia se colocar em seu lugar, e para chamar um homem de incendiário, ele devia pesar a sua posição, a posição da Assembléia Legislativa.

Porque desta tribuna, embora digamos, não tivemos assento aos bancos das faculdades, mas sabemos discernir o bem do mal. Sabemos discernir quem faz calúnia. Sabemos discernir, Srs. Deputados, os homens que são vazios.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Gabriel Manoel, o ex-Governador Ney Braga tem uma folha de serviços prestada ao Paraná e ao Brasil, das mais completas. Ele que foi Prefeito de Curitiba, foi Deputado Federal, Senador da República, Primeiro Secretário do Senado, Ministro da Agricultura, Ministro da Educação, Governador por duas vezes, e que hoje assume a Itaipu.

É costume no Paraná, quando um líder de nosso Estado quer seja de qualquer partido, assume uma posição de destaque, procuram querer liquidar com esse líder. E é por isso que o Paraná tem sofrido, como sofreu no Governo do Presidente Médici.

Não tínhamos um representante sequer na área federal. No governo passado, estávamos quase a zero, e quando se consegue alguma coisa procuram liquidar o líder político paranaense.

Cabe a nós, paranaenses, claro lugar para que a gente tenha pessoas mais ligadas, para que a gente possa reivindicar em favor do Estado. Mas sou de opinião, quando não é um companheiro meu, como foi indicado agora Sebastião Rodrigues para o Banco do Brasil, recebeu todo o nosso apoio e o nosso aplauso. É do PMDB. Mas, é muito mais fácil conversar com Sebastião Rodrigues do PMDB do Paraná, do que conversar com outro Deputado de outro Estado que nem conheço.

Por isso, merece todo o nosso respeito e o respaldo paranaense, a esses nomes que são indicados.

E Ney Braga dispensa qualquer comentário. Se erros houve, mas quanta coisa foi feita em favor do Paraná? Quem não conheceu o Sudoeste como era, quem não conheceu o Norte do Paraná, às escuras? Quem é o fundador da COPEL? Quem é o fundador da SANEPAR? Quem é o fundador da TELEPAR? Tudo isto. Então, dispensa qualquer comentário.

Merece o nosso respeito e hoje assume para satisfação nossa que caberia já há muito tempo um paranaense na Itaipu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, o aparte que veio nos orientar, Deputado

Gilberto Carvalho.

E dizia eu: cada um dá o que tem. Ontem o Deputado Osvaldo Alencar Furtado deu uma folha bonita de lirismo, mas descambou na última hora.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu dizia em tom de blague para os amigos do PMDB: o confeitiro que faz o bolo não come. Não temos culpa disso.

Então, Srs. Deputados, queria e pretendia, neste instante, dizer à imprensa do Paraná que publicasse esse desagravo. Se o Deputado Osvaldo Alencar Furtado tiver algo contra Ney Braga, provar algo, que traga, provando por escrito, mas não com palavras levianas, porque até o presente momento, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado é um leviano, porque atira pedra procurando enlamear nossos honrados, procurando enlamear, Srs. Deputados, nome como o de Ney Braga, homem que é nosso amigo, homem que é amigo do Paraná.

Desafio o Deputado Osvaldo Alencar Furtado a trazer provas do "incêndio" que o Ney Braga fez no Paraná. Ontem, também, dois Deputados atacaram os ex-Governadores do Paraná. Esqueceram-se que um dos Governadores que o Paraná teve, Jayme Canet Júnior, foi um dos seus melhores governadores. E ontem, dois Deputados da Bancada da Situação, foram criticar os ex-Governadores. Naquele momento, eles se esqueceram que, se não fosse Jayme Canet, talvez a sua bancada tivesse sido reduzida à metade.

E é por isso que me revolta quando falam dos governadores do passado, sem abrir um parêntesis para esse grande Governador, que há de ser o futuro Governador do Paraná, Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal se quer usar o restante do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Usará da tribuna o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Com a palavra, o Sr. Deputado Orlando Pessuti, pelo tempo que for destinado pela Liderança.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna, na tarde de hoje, para, de certa forma, relatar alguns trabalhos, algumas gestões que foram por nós desenvolvidas no decorrer do ano passado, gestões nas quais tivemos a felicidade de contar com o apoio e a presença do Deputado Paulo César Furiatti e também, porque não dizer mais recentemente, do Deputado Estadual Sabino Campos.

Essas nossas gestões dizem respeito a se corrigir e a se estabelecer uma normalidade que hoje não existe a nível dos colégios de ensino médio ligado à área agrícola, ou seja, os colégios agrícolas e colégios de agropecuária.

Quando estivemos com a Secretária Gilda Poli, no ano passado, juntamente com o Deputado Paulo Furiatti e com lideranças, tanto da área da Medicina Veterinária como da área de Engenharia Agrônômica,

naquela ocasião, além de propormos que se executasse a nível do Estado do Paraná uma reformulação quase que por completo do ensino agrícola, propúnhamos e exigíamos também, naquela ocasião, que a Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com a Secretaria de Estado da Administração, passassem a cumprir a Legislação Federal, através do Decreto-Lei 4950, um piso salarial para estas categorias profissionais: não só para estas, Medicina Veterinária e Engenharia Agrônômica, como também aos engenheiros florestais.

Para nossa alegria e felicidade, pudemos assistir, nos últimos meses, pronunciamentos do eminente Deputado Edmar Luiz Costa, também se manifestando no que diz respeito a um melhor posicionamento, a uma disciplina maior, a um projeto mais adequado para o funcionamento dos Colégios Agrícolas em nosso Estado.

No mês passado, após gestões — como já disse, por nós realizadas em conjunto com os demais Parlamentares, dos quais já tive oportunidade de declinar o nome. fomos avisados pela assessoria da Secretária da Educação, no sentido de que agilizássemos requerimentos aqui através da Assembléia Legislativa para que, através dos mesmos, se pudesse ter um instrumento legal, reivindicatório, para se viabilizar aquele nosso desejo, aquela nossa reivindicação, e o desejo dos Médicos Veterinários, dos Engenheiros Agrônomos, dos Engenheiros Florestais que, na qualidade de Professores, prestam serviços ao Estado do Paraná nos Colégios de Ensino Agrícola.

Por esta razão foi que, no mês passado o Deputado Sabino Campos apresentou um requerimento solicitando a extensão destes benefícios, ou seja, o cumprimento do Decreto-Lei 4950, que estabelece este piso de salário profissional às categorias de Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal.

E também nós, naquela ocasião, formulávamos este requerimento e hoje, mais uma vez, estamos endereçando à Secretaria de Educação e ao Governo José Ricna requerimento no sentido de que venha a implantar o salário-mínimo profissional, ou seja, o piso profissional para os Engenheiros Agrônomos, para os Médicos Veterinários, para os Engenheiros Florestais, que prestam serviços nos Colégios Técnicos Agrícolas de nosso Estado, bem como também para todos os profissionais destas categorias que prestam serviço nos diferentes órgãos de nosso Estado.

Entendemos nós que isto é uma questão de justiça, é uma questão de coerência e, acima de tudo, uma obrigação de nosso Estado, de nosso Governo, que muito tem efeito pelo funcionalismo público, que muito tem feito e dado ao servidor público estadual. E exemplos são marcantes. Todos os dias aqui, na Assembléia, temos tido oportunidade de aprovar matérias atinentes a aumentos salariais, à correção de distorções salariais que existem. É por esta razão só temos que enaltecer e elogiar a atitude da Secretaria de Educação, bem como da Secretaria de Estado da Administração, que abrem as portas, vamos dizer assim, para que este assunto seja finalmente discutido e esta questão seja finalmente resolvida; qual seja, esta situação o pagamento integral do piso salarial estabelecido em lei aos Médicos Veterinários, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, que prestam serviços para o Estado, em especial aqueles que trabalham como professores nos colégios de ensino médio em agropecuária.

Um outro assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos últimos dias nos têm ocupado a memória, nos têm ocupado o tempo que nos é destinado e que nos sobra

da atuação parlamentar e que, de certa forma, nos tem causado também alguns problemas, visto que pela imprensa já fomos até atacados por alguns representantes do setor, diz respeito ao posicionamento nosso e, acredito, de um bom número de Parlamentares com assento nesta Casa, que diz respeito portanto ao retorno, em nosso Estado, dos chamados moinhos coloniais.

Todos nós sabemos que de 1967 para cá, após o advento do Decreto-Lei 210/67, os nosso moinhos coloniais foram pouco a pouco sendo eliminados, foram pouco a pouco sendo reduzidos, e acabaram por não mais existir no Estado do Paraná. Existem sim as suas instalações, os seus equipamentos, existe o proprietário muitas vezes já falido. Mas não existem mais funcionando estes moinhos que, na História de nosso Estado, que na História do Brasil, foram de grande importância e de fundamental significado para a economia paranaense, principalmente no que diz respeito à economia regionalizada. Porque quando existiam, os moinhos coloniais, não precisava, o produtor, esperar pelo passeio do trigo que produzido em sua propriedade se vê hoje na contingência de ser levado a pontos distantes do nosso Estado e até mesmo a pontos fora do nosso Estado para ser moido e dele ser extraído a farinha para que empacotada e bem embalada volte a sua propriedade rural para ser consumida.

Por esta razão é que desde o ano de 1983 já tivemos a oportunidade de, nesta Casa de Leis, apresentar requerimentos às autoridades federais pedindo o fim ou seja a extinção do Decreto-Lei n.º 210/67. Outros parlamentares nesta Casa, também, já se manifestaram com o mesmo objetivo e até hoje, infelizmente, não tivemos sucesso nesta nossa reivindicação que vem de encontro aos interesses dos produtores em nosso Estado; que vem de encontro às categorias profissionais ligadas ao meio Rural; que vem de encontro aos interesses das cooperativas agrícolas e agropecuárias existentes em nosso Estado.

Por esta razão, como já dissemos nestes últimos dias fizemos algumas declarações, fizemos pronunciamentos nesta Assembléia buscando intensificar a luta em favor da derrubada do Decreto-Lei n.º 210/67. Em favor, também, de que, a nível nacional, se promova uma alteração da política de controle estatal sobre o trigo. Todos nós sabemos que hoje existe um monopólio estatal sobre o trigo; que existe um monopólio das grandes indústrias moageiras deste cereal.

Sabemos também que, infelizmente para nós brasileiros e, principalmente, para nós paranaenses que integramos a região Sul do Brasil, grande produtora deste cereal, que mais da metade ou quase 70 por cento, ou até mais, do trigo consumido pelos brasileiros procede do exterior encarecendo em muito as divisas brasileiras, dificultando muito o equilíbrio da nossa balança comercial.

É por isso, que temos intensificado nossos pronunciamentos e temos assistido através dos jornais, da televisão, do rádio nos últimos dias, uma série de manifestações em favor da retirada do subsídio do trigo, em favor de uma modificação na legislação hoje existente ligado ao setor do trigo, em favor da derrubada do Decreto-Lei n.º 210/67; em favor também, muito especialmente, do retorno dos moinhos coloniais, que em nosso Estado chegam perto da casa dos 200 hoje paralisados, desativados ou quando na melhor das hipóteses, moendo outro tipo de cereal que não o trigo.

Por esta razão e havendo tomado conhecimento de trabalhos já realizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde também a presença destes moinhos coloniais

é bastante significativa, nós estaremos apresentando na sessão de amanhã um requerimento à esta Casa de Leis para que aqui se constitua uma comissão suprapartidária com Deputados do PMDB, da Frente Liberal e do PDS, voltada ao estudo da questão do trigo no Paraná, principalmente no aspecto voltado ao funcionamento dos nossos famosos, saudosos e tradicionais moinhos.

Por esta razão Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que nós, tentando ajudar um pouco a classe produtora do Estado do Paraná e tenho certeza, ajudando muito mais ainda os consumidores de farinha de trigo em nosso Estado, nesta Assembléia Legislativa, Fórum legítimo das grandes discussões de interesse social, a exemplo do que já estamos fazendo há algum tempo com o cancro cítrico, a exemplo do que estamos fazendo com o setor leiteiro, a exemplo do que iremos fazer brevemente com a discussão higiênico sanitário do abate, industrialização de carnes e comercialização e derivados, a exemplo do que já fizemos na eletrificação rural, a exemplo do que, já fizemos no problema da erosão, pretendemos dicutir toda a problemática do trigo e dos moinhos coloniais.

Em Brasília, nestes dias está se discutindo sobre a viabilidade ou não de se aprovar um Projeto de Lei de autoria do Deputado catarinense Odilon Salmoria existem, porém, muitas restrições quanto a aprovação desse projeto. O Deputado Celso Sabóia de nossa Bancada Federal, ainda há poucos instantes, dizia-nos das restrições que tem ele e, também, outros Parlamentares da Comissão de Economia da Câmara Federal, quanto a aprovação desse projeto, nos moldes em que ele está sendo apresentado.

Por essas razões, é que entendemos ser oportuno, neste momento, a Assembléia Legislativa constituir uma COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL para promover a nível de Estado do Paraná e, posteriormente, através de um intercâmbio com os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, as discussões, as trocas de idéias e sugestões pertinentes ao setor titrícula e ao final tirar as conclusões e formular um documento que será enviado às autoridades constituídas, na tentativa de vermos atingidos os objetivos dessa luta.

Por esta razão, no dia de amanhã estaremos dando entrada nesta Casa, de um requerimento para constituir-se uma Comissão Especial de Deputados Estaduais, para a discussão, dentro de todos os seus aspectos, do problema do trigo em especial dos moinhos coloniais em nosso Estado.

Era só o que tínhamos Senhor Presidente.

Era só o que tínhamos Senhores Deputados.
com a presença de 38 Srs. Deputados.

Antes de mais nada, essa Mesa registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Deputado Celso Sabóia, e do Sr. Prefeito de Guaratuba, Acir Braga.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 58/85, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. — **A Diretoria Legislativa, para anexar ao Projeto de Lei n.º 58/85.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 09/85,

(Mensagem n.º 54/85), que objetiva acrescentar ao Artigo 3.º da Lei n.º 6364, de 29/12/72, o Parágrafo 11, conforme especifica. (Para efeitos do disposto no inciso V, deste artigo, quando o valor tributável esteja expresso em moeda estrangeira, far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação). — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 09, de 11/03/85).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/85, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, a Senhora RISOLETA TOLENTINO NEVES. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 31, de 25/04/85).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 39/85, que denomina "PRESIDENTE TANCREDO NEVES" o prédio em construção que será aos Gabinetes dos Srs. Deputados. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 23, de 09/04/85).

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/85 (Mensagem n.º 22/85, ex-Proposição n.º 25/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09/05/83, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de REALEZA, visando visando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/85, (Mensagem n.º 08/85, ex-Proposição n.º 10/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 13/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de MATELÂNDIA, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/85, (Mensagem n.º 26/85, ex-Proposição n.º 29/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 14/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicuado do Algodoeiro no Estado do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/85, (Mensagem n.º 31/84, ex-Proposição n.º 34/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/85, (Mensagem n.º 35/85, ex-Proposição n.º 40/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Convênios celebrados em 19/10/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da

Secretaria da Agricultura e Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/85, (Mensagem n.º 39/85, ex-Proposição n.º 44/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 25/06/84 e o Estado de Goiás, tendo como intervenientes das Secretarias da Indústria e do Comércio dos Estados signatários, visando a cooperação técnica para desenvolvimento do Programa de Microdestilarias de Alcool, no Estado de Goiás. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/85, (Mensagem n.º 24/85, ex-Proposição n.º 27/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Primeiro Termo Aditivo, de 06/11/84, ao Convênio n.º 95/SG/83, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 07/12/83 e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/85, (Mensagem n.º 18/85, ex-Proposição n.º 20/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 248/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/85, (Mensagem n.º 03/85, ex-Proposição n.º 05/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/85, (Mensagem n.º 42/85, ex-Proposição n.º 47/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópias autênticas de Convênios celebrados em 28/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao Controle da Erosão Urbana. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/85, (Mensagem n.º 43/85, ex-Proposição n.º 48/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados em 31/10/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios adiante mencionados, com participação adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 12/85 (Mensagem n.º 44/85, Ex-Proposição n.º 49/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 07/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com interveniência da FAMEPAR e objetivando aplicar recursos financeiros do FNDU, visando melhoria dos sistemas de transportes. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a

mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sergio Marty, residente nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gisberto Voorhuis, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hemas Brandão, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 58/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde, encarecendo a instalação de uma Clínica Dentária simplificada no Município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Paulo Macarini, pela sua nomeação para a Presidência do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretor Geral do DETRAN e Secretário da Segurança Pública, encarecendo para que o Núcleo de Psicologia Aplicada passe a ser de responsabilidade da Fundação de Ensino Superior, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de um escritório regional daquela Superintendência no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Setor Jovem do PMDB do Paraná, pela eleição de sua nova Diretoria Executiva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo trabalhos de recuperação na estrada que serve de ligação entre a localidade de Paraíso do Sul no Município de

Barbosa Ferraz, à PR-487, próximo ao Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo para que sejam reenquadrados os antigos funcionários da Rede Viação Paraná-Santa Catarina-RVPSC, residentes no Município de Ponta Grossa, os quais por não terem feito opção pelo regime CLT, foram colocados em disponibilidade há mais de 10 anos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretor do DETRAN e Coordenador das CIRETRANS através da Secretaria de Segurança Pública, externando cumprimentos pelo senso de idoneidade, competência e lisura com que estão atuando à frente daquele órgão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de qual o número de cargos em comissão das simbologias DAS e C, especificando quantos deles estão preenchidos e quantos e quais por servidores estatutários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador de Estado e Secretária da Educação, encarecendo que na forma do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 4950-A o Estado remunere a partir do piso do salário-mínimo profissional, aos engenheiros agrônomos e engenheiros florestais que prestam serviços em colégios agrícolas e em outros órgãos do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de qual o número de servidores, na ativa, de Quadro Geral e de cada um dos quadros próprios, especificando em cada quadro, o número de servidores em cada um dos padrões e referências bem como os enquadrados nos regimes de 20, 30 e 40 horas semanais. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem de solidariedade a Frei Leonardo Boff, pela injusta e excessiva punição de que foi vítima em razão de sua postura a favor de uma igreja social. Encerrada a discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o requerimento encaminhado pelo Deputado Márcio Almeida, apresentado pelo nobre Deputado, em que requer aprovação desta Casa, o envio ao Núcleo Apostólico do Brasil, mensagem de solidariedade ao Frei Leonardo Boff, pela punição recebida através do Vaticano. Encaminhados a votação, Sr. Presidente, para dizer da nossa posição contrária à aprovação deste requerimento, uma vez que é uma seara alheia, que não cabe a nós analisarmos esta questão. E, na Igreja Católica existe uma hierarquia. E, se houve uma definição através do Vaticano, não cabe a nós, através desta Casa, definir uma decisão do Vaticano. Por esse motivo, o nosso voto é contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento do Deputado Márcio Almeida.

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar)

Em nosso entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão do Frei Leonardo Boff é uma questão que envolve toda a população brasileira e América Latina, porque se trata efetivamente de um encaminhamento de uma tese dentro da Igreja Católica, mas que está envolvida as comunidades eclesiais de base, e a grande parte da Igreja Católica.

A Comissão Pastoral dos Direitos Humanos, Arquidiocese de São Paulo, A Comissão de Justiça e Paz, e o Centro Santo Dias, divulgaram documento contra a punição do Frei Leonardo Boff, obrigado pelo Vaticano a ficar em silêncio por tempo indeterminado.

O texto cita o artigo 199 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo o qual "todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão". E, é exatamente isto que faz com que nós tenhamos pedido este encaminhamento, para apoiar o requerimento, porque, sem sombra de dúvida, é através de posicionamentos progressistas que nós teremos condições de discussão na base e de avanço nos problemas sociais brasileiros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Continua em votação o requerimento do Deputado Márcio Almeida.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem)

Requeiro verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI - Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, atendendo a requerimento do Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE - Atendendo a solicitação do Deputado Paulo Furiatti, solicito à sra. 1ª Secretária que proceda a chamada nominal.

(CHAMADA NOMINAL)

O SR. PAULO FURIATTI. — Sr. Presidente, pela Ordem, retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE: — Em função de ter sido retirada pelo autor do requerimento, a Mesa irá proceder a verificação de votação, tão somente!

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa).

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nove aprovam, cinco rejeitam não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 265, 330, 333 e 339/84.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 01 a 06/85.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 07 a 12/85.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 13 a 18/85.

Levanta-se a sessão.